



INTERTEXTUALIDADE E FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA IRONIA EM “A HORA DOS JUSTOS” DE SANTIAGO VILLELA MARQUES

Intertextuality e discursive functioning of irony in “A hora dos justos” by Santiago Villela Marques

Beatriz Valdeviezo Boffo¹

<https://orcid.org/0000-0001-5966-7991> 

Marta Helena Cocco²

<https://orcid.org/0009-0004-2413-5185> 

¹Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Diamantino, Diamantino, MT, Brasil. 78402-000 – ensino.dmt@ifmt.edu.br

²Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Tangará da Serra, Tangará da Serra, MT, Brasil. 78300-000 – facsal.tga@unemat.br

Resumo: Neste estudo, realizamos uma leitura crítica do conto “A hora dos justos”, do livro *Sósias* (2015), de Santiago Villela Marques, sob o enfoque da relação de intertextualidade estabelecida com o discurso bíblico, e da ironia como recurso discursivo que gera sentidos em torno da noção de justiça assumida pelos personagens. Para isso, serão recuperados os conceitos de narratologia e intertextualidade, bem como a abordagem dialógica da ironia. Dos resultados obtidos, verificamos que as citações bíblicas, feitas pelo narrador, acentuam ironicamente o comportamento contraditório das personagens e demonstram que, historicamente, a espetacularização da violência e o desejo de vingança coletiva se complementam diante de alvos específicos, enquanto escamoteiam os comportamentos dos julgadores.

Palavras-chave: intertextualidade; ironia; Santiago Villela Marques.

Abstract: In this study we carry out a critical reading of the short story “A hora dos justos”, which is part of the book *Sósias* (2015), by Santiago Villela Marques, focusing on the relationship of intertextuality established with the biblical discourse and irony as a discursive resource that generates meanings in around the notion of justice assumed by the characters. To this end, the concepts of narratology and intertextuality, as well as the dialogical approach to irony. From the results obtained, we verified that the biblical quotations ironically accentuate the characters' contradictory behavior and demonstrate that, historically, the spectacularization of violence and the desire for collective revenge complement each other in the face of specific targets, while hiding the behavior of the judges.

Keywords: intertextuality; irony; Santiago Villela Marques.

Introdução

Neste trabalho realizamos uma leitura do conto “A hora dos justos”, de Santiago Villela Marques, com o objetivo de evidenciar a operação da intertextualidade e o

funcionamento discursivo da ironia na construção da ideia contraditória de justiça. Tais procedimentos se manifestam na narrativa mediante o contraste entre a história de cada personagem e seus discursos moralizantes.

Para fins deste estudo, considera-se a noção de intertextualidade formalizada por Gérard Genette em *Palimpsestos* (2010), obra em que o teórico francês propõe cinco tipos de relações transtextuais – intertextualidade, paratextualidade, metatextualidade, hipertextualidade e architextualidade –, dentre as quais se restringe a intertextualidade “como uma relação de co-presença entre dois ou vários textos, isto é [...] como presença efetiva de um texto em um outro” (Genette, 2010, p. 14), dividindo-a em: citação, mais explícita e literal; plágio, menos explícito, mas ainda literal; e alusão, menos explícito e menos literal. Neste recorte, considera-se a relação intertextual estabelecida pelo emprego da citação no corpo da narrativa.

Ademais, a compreensão do vocábulo será delimitada pela perspectiva dialógica bakhtiniana de Beth Brait (1996), para quem a ironia é concebida como uma confluência de discursos ou cruzamento de vozes, ou seja, como canal instaurador de polifonia – e, nesse sentido, também é um procedimento de intertextualidade. Visto como uma forma particular de interdiscurso, o procedimento irônico sugere uma variedade de significados dentro de um esquema marcado pela ambiguidade, podendo ser um instrumento auxiliar no desvendamento de valores morais e da cultura de uma sociedade.

Vale ressaltar que essa abordagem não exclui a concepção elementar de ironia enquanto figura de palavra e de pensamento “que consiste em dizer o contrário do que se pensa, mas dando-o a entender” (Moisés, 2004, p. 247). É no contraste estabelecido entre o modo de enunciação e o seu conteúdo que se denota a variedade de significados reconhecida pela abordagem dialógica da ironia.

Por trazermos à cena um autor que ainda está à margem do cânone literário brasileiro, convém registrar algumas informações. Santiago Villela Marques, pseudônimo de Paulo Sérgio Marques, nasceu na cidade de São Paulo e, ainda na infância, mudou-se para Sinop-MT, onde faleceu em 2018. Graduado em Letras e Comunicação Social, Mestre e Doutor em Estudos Literários, atuou como docente na Universidade do Estado de Mato Grosso e em colégios da cidade de Sinop, dedicando-se a estudos em literatura, cultura e mitologia. Marques deixou cinco livros de poemas: *Primeiro* (2004); *Outro* (2008); *Três tigres trêfegos* (2010), em coautoria com Juliana Roriz Aarestrup e Henrique Roriz Aarestrup Alves; *Selvagem* (2013) e *A musa corrupta* (2018) –, dois livros de contos – *Correspondências* (2012) e *Sósias* (2015), além do inaugural *Ângulo Bi* (2001), em coautoria com Gisele Mocci, Marcelina Oliveira e Paulo Sesar Pimentel – e, segundo informações de familiares, um romance inédito.

O livro *Sósias* foi publicado em 2015 em Cuiabá- MT pela editora Carlini e Caniato e contém 12 contos. Na coletânea, estão alguns dos textos premiados do autor: “A palavra”, que recebeu o primeiro lugar no I Concurso de Contos de Ituiutaba Águas do Tijuco, no ano de 2012, e “Confissão”, premiado com o segundo lugar no III Concurso Nacional de Contos

Cidade de Lins, em 2013. De 2023 a 2025 este livro passou a integrar a lista de obras literárias exigidas para o concurso vestibular da Universidade do Estado de Mato Grosso.

Apresentada a obra, busca-se aqui analisar o conto “A hora dos justos”, a fim de investigar como se manifesta a noção de justiça na narrativa, a partir da intertextualidade e da ironia enquanto estratégias textuais-discursivas que possibilitam ao texto literário em questão não só recuperar outros discursos e ressignificar sentidos, mas também questionar os sentidos corrompidos pelo corpo social – representado pelos personagens em suas vivências controversas.

“A hora dos justos”: os limites da justiça (humana e divina)

Em uma primeira análise, faz-se necessário apresentar o enredo, ou, recuperando a nomenclatura de Genette (1995), a história ou a diegese que designam o conteúdo narrativo, este que pode ser real ou imaginário – isto é, fictício, como é o caso do texto selecionado – e que se compõe pela sucessão de acontecimentos da narrativa. No entanto, o primeiro aspecto a ser destacado no conto é a sua indissociabilidade do discurso narrativo, ou seja, do enunciado, do modo como foi construído (Genette, 1995), uma vez que o tecido narrativo é engendrado a partir da interposição de personagens e acontecimentos independentes entre si, de modo que é difícil estabelecer a noção de linearidade da diegese, mas que se conectam em torno de um acontecimento central.

Outrossim, é pertinente apresentar brevemente o conceito de focalização, que pode ser definido “como a representação da informação diegética que se encontra ao alcance de um determinado campo de consciência, quer seja o de uma personagem da história, quer o do narrador heterodiegético” (Reis; Lopes, 1988, p. 246). O objetivo deste trabalho não é discutir minuciosamente o tipo de focalização adotada na narrativa de Marques; entretanto, tendo em vista a circulação do foco narrativo por várias personagens no decorrer do texto e a importância desse recurso discursivo na apresentação dos episódios e comportamentos analisados, considerar-se-á a predominância de focalização interna variável (Reis; Lopes, 1988), conforme será demonstrado a seguir.

O conto inicia com a seguinte locução: “Imagine se é com você, meu amigo...” (Marques, 2015, p. 33). Nesse instante, o narrador apresenta o cenário de um bar, onde pessoas estão reunidas em volta da TV, interessadas no discurso do jornalista que anuncia o destino do suspeito detido pela polícia e que profere a fala inicial, apelando para a empatia do telespectador:

Os olhos do bar fixaram a tv. Um ou outro só se desviava para lançar o comentário ao companheiro. Todos acusadores ou advogados da causa distante, mas já negócio das ruas, interesse urgente do povo convocado e teliinstruído para decidir o destino do suspeito detido pela polícia (Marques, 2015, p. 33).

Em seguida, em vez de situar o acontecimento que desencadeou o julgamento televisionado, o narrador apresenta Januário, homem que se distanciava do corpo de



jurados animosos no botequim e que, isolado num canto, confessava-se com uma garrafa de bebida forte, atormentado pela lembrança de um evento trágico do passado:

O evento na tevê recordou-lhe Esmeralda. Tanto sangue, nunca tinha visto tão esparramado e tão vermelho. Talvez, se ele não tivesse entrado em pânico diante de tanta vida escorrendo pelas pernas de Esmeralda, as coxas antes tão desejadas de Esmeralda, talvez pudesse ser contido o escoamento precipitado e irreprimível de sua beleza e vitalidade. Mas Esmeralda morreu, da mesma maneira acidental como engravidara, de uma gravidez sem aviso, como a morte, tão semelhantes são a morte e o nascimento, pensou Januário, nenhum deles pedido, imerecidos como toda culpa (Marques, 2015, p. 34).

A lembrança de Januário é interrompida pela sentença raivosa de um dos telespectadores do bar: “Um cara desses merece um tiro nos cornos!” – sentenciou um dos acusadores, a língua e a competência jurídica facilitada pelo álcool, esse catalisador universal de vereditos” (Marques, 2015, p. 34).

Na sequência, a narração é interrompida pela citação direta, a qual está entre aspas e em itálico, grafia que mantivemos aqui, bem como as demais que surgirão ao longo deste artigo¹: “*Nada tens a responder ao que essa gente depõe contra ti?*” (Marques, 2015, p. 34, grifo do autor). O narrador não identifica o texto de origem, mas, tendo em vista que o texto bíblico é de conhecimento bastante difundido na cultura ocidental, predominantemente cristã, é possível identificá-lo como trecho do julgamento de Jesus, no Novo Testamento, relatado nos evangelhos de Marcos (14,53–65), Mateus (26,57–68), Lucas (22,63–71) e João (18,12–24) (Bíblia Sagrada Ave Maria, 2022)².

Sem qualquer mediação do narrador a respeito da citação inserida, a focalização interna segue seu curso pelas meditações de Januário, que tenta dissimular a culpa pelo aborto realizado na namorada, a qual vem a óbito, e busca na sua consciência justificativas para o crime cometido:

Quem pediu um filho? Foi ele? Não, não foi! Esmeralda devia ter se cuidado. E Deus não devia enviar filhos a quem não desenvolveu vocação para pai. Deus é cruel com as criancinhas. Ele, homem Januário, só consertou um erro de Deus. Deixasse aquele feto crescer e aumentar nas veias os litros de sangue, e um dia enfim fariam mais sujeira, muito mais sangue a cobrir a terra, tanto sangue, Senhor, para quê? Uma criança. Quem pode deixar nascer um animalzinho que nem mede ainda o valor e o sofrimento da vida? (Marques, 2015, p. 34).

Nesse contexto, pode-se estabelecer relação de sentidos entre o discurso bíblico e o discurso narrativo, na medida em que o personagem, sentindo-se acusado diante do

¹ Optamos por manter a grafia original do conto, com uso de aspas e itálico indicando serem sentenças extraídas da Bíblia. Além disso, essa grafia permite a diferenciação de outras citações em que o uso de aspas se faz necessário.

² O texto transcrito foi consultado na Bíblia Católica Ave-Maria, em sua modalidade on-line, para a realização deste trabalho, visto que, nessa versão, encontra-se a tradução correspondente à escolhida pelo autor para assinalar a presença do texto bíblico na narrativa.

crime noticiado, recupera argumentos para legitimar o veredito da justiça, que o absolvera. “Januário não podia ostentar a culpa. E a sociedade não o condenou: a polícia concluiu que a moça deliberara e praticara, sozinha, o aborto.” (Marques, 2015, p. 35). O veredito segue a segunda citação bíblica que aparece na narrativa: “*Qual o vosso parecer?*” *Eles responderam: ‘Merece a morte’* (Marques, 2015, p. 35, grifo do autor). Para Januário, a ex-namorada “decidiu” sozinha pelo aborto, portanto, as consequências recaíram somente a ela, que mereceu a morte, a condenação pelo seu pecado, enquanto suas mãos estavam livres de mácula. O episódio bíblico da condenação de Cristo e a absolvição de Januário, mediante atribuição de culpa a Esmeralda, são, portanto, semelhantes na medida em que se provam injustos e condenam inocentes à morte.

Adiante, a focalização se volta novamente para a cena mostrada na televisão: o pai da vítima, desconsolado, pedia justiça. Nesse ínterim, o discurso do narrador evidencia um novo personagem e que, até então, não se sabe ao certo se faz parte do público do bar ou se assiste à notícia em outro cenário: Jerônimo, pai de família, apiedado do pai enlutado no telejornal e orgulhoso de seus filhos bem sucedidos e da sua benevolência, como se observa neste trecho:

Diante da tevê, os punhos de Jerônimo fecharam-se numa revolta rígida e contida. Condoeu-se, sabia o que era a preocupação de um pai. Teve, de seus, três filhos. Hoje já iam bem criados, bem postos no mundo. O mais velho era até gerente de loja de móveis. Venceu na vida o primogênito. Tinha casa própria e quase pago o consórcio do automóvel novo. Jerônimo, o pai, criou até filho de outro, que o coração dele era de mãe, mole com as desgraças dos menos favorecidos. Especialmente se o desgraçado era amigo de infância, como o Zé Fortuna (Marques, 2015, p. 36).

Nesse ponto, o leitor é dirigido ao passado e à história de Jerônimo e Zé Fortuna. Aquele era porteiro de hotel, este estava constantemente desempregado, de modo que não era raro pedir ajuda financeira ao amigo. Certo dia, um empreiteiro renomado viu a circunstância infeliz de Zé Fortuna e interrogou o porteiro acerca das referências e habilidades profissionais do amigo, a fim de oferecer-lhe um bom emprego de mestre-de-obras. Ocorre que Jerônimo, “que entendia ser melhor que abrir portas o indicar onde elas devem estar, cobiçou a oferta, esbugolhante” (Marques, 2015, p. 36), e tomou para si a oportunidade de trabalho, indicando Zé Fortuna para ocupar seu lugar “ao sacrofício (sic) de guaritar os limiares do hotel” (Marques, 2015, p. 36). No entanto, ao passo em que Jerônimo é bem-sucedido na nova profissão, o amigo não é chamado para a vaga de porteiro, ao que resolve ir para o garimpo e, de lá, tem sua vida arruinada:

Maior indignação atacou-lhe a notícia de que, sem alvíssaras do marido, a mulher de Zé Fortuna amasiara-se com vendedor ambulante e abandonara duas crianças à misericórdia de Jerônimo. Compungido pelo destino dos pequenos, o mestre-de-obras tentou, por dois meses criá-los arrebanhados à própria prole. – Estes meninos são uns diabos! – constatou, ao fim dos sessenta dias. – Mas também, filhos de quem são... E não viu saída melhor que beijá-los amorosamente e entregá-los às boas freirinhas do orfanato.



Soube, pouco depois, que Zé Fortuna morreria de Malária nas fossas barrosas do sonho de ouro. E viu que o que tinha feito era bom (Marques, 2015, p. 37-38).

Nota-se que o trecho acima é arrematado pela menção à passagem bíblica do primeiro capítulo do livro de Gênesis, em que, tendo terminado sua criação, Deus observa satisfeito sua obra. Apesar de não vir transcrito entre aspas, separado do texto da diegese, como o são as demais citações trazidas no conto, pode-se considerar explícita a intertextualidade estabelecida entre a narrativa e o texto sagrado, uma vez que o enunciado “E viu que o que tinha feito era bom” recupera, literalmente, a depender da tradução, os versículos: “E Deus viu que isso era bom” (Bíblia Sagrada Ave Maria, 2022, Gn 1, 10, 12, 18, 21, 25) e “Deus contemplou toda a sua obra, e viu que tudo era muito bom” (Bíblia Sagrada Ave Maria, 2022, Gn 1, 31). Pode-se afirmar, com base na conjuntura apresentada na narrativa, que o encadeamento de sentidos entre os textos se dá pela ironia, posto que o personagem do conto não age movido por bondade ou misericórdia, conforme conta a narrativa bíblica a respeito da natureza divina, mas prejudica a vida do amigo ao agir de má fé em benefício próprio. Por fim, a história de Jerônimo é coroada por outro excerto do julgamento de Jesus no evangelho de João, citado entre aspas: “*Convém que um só homem morra em lugar do povo.*” (Marques, 2015, p. 38, grifo do autor). A inserção do versículo fundamenta, no nível da narrativa, a versão dos fatos compreendida pelo mestre-de-obras, cuja vida prospera em detrimento da morte do outro, cumprindo a vontade divina: “O bem a prevalecer, (sic) é a lei da natureza. Lei divina e lei humana, que o homem é representante de Deus perante as outras criaturas, às quais o Criador recusou imprimir sua semelhança” (Marques, 2015, p. 38). A terceira história, entrelaçada à narrativa, é a de Lídia, moça vaidosa que é apresentada num cenário distinto, o da própria casa, arrumando-se para um evento solene. No instante em que vê uma foto perdida na gaveta, a moça se recorda de um dos seus numerosos admiradores, João Onofre, que é qualificado por ela – em sua consciência – como “esquisito”, “estúpido”, “bobo” “fraco”, pelo excesso de gestos apaixonados que nunca foram correspondidos.

Fraco, este João Onofre! Não via as coisas. Desenxergava a própria pobreza, conta a distinção de Lídia. Deve ter pensado que aquele beijo, que ela permitira, bêbada, numa festa em que fora abandonada pelo namorado, significava uma promessa de aproximação. Nunca! Se ele falava tanto em amor, deveria saber que só ele, o amor, podia unir duas criaturas tão diferentes. Mas não havia amor, talvez um bocadinho de pena (Marques, 2015, p. 39).

O desprezo da moça pelo jovem e pela sua condição tida como inferior fica evidente a partir do trecho acima e se confirma, logo na sequência, quando esta ironiza o suicídio cometido por João Onofre e o último poema dedicado a ela no rodapé do bilhete suicida, considerando-o prova da estupidez do rapaz:

João Onofre perdia-se em elogiar a beleza de Lídia. Como se ela carecesse de pregação e não fosse, ao mundo, axiomática a felicidade de seus traços.



No contrário de admirar-se, o bobo não conseguia atinar no que a outros era tão óbvio: o requinte de Lídia, seu berço, o nato talento para o alto. Que moleque estúpido! Não era à toa que enfiara uma corda ao pescoço e terminara a vida no mau gosto de um último poema a Lídia, no rodapé do bilhete suicida (Marques, 2015, p. 39).

A tragédia é, mais uma vez, coroada com o texto sagrado: *“Que acusação trazeis contra esse homem?” E eles responderam: “Se este não fosse malfeitor, não o teríamos entregue a ti.”* (Marques, 2015, p. 40, grifos do autor). O intertexto com o evangelho sugere, no fragmento, a simetria entre as circunstâncias, em que os réus são apontados pelos juízes como merecedores do castigo: Jesus, por ser julgado malfeitor, é condenado à morte perante o Sinédrio; João Onofre, por conta de sua ingenuidade e desvantagem social, é sentenciado a tirar a própria vida.

A seguir, a culpa de Lídia é redimida pela justiça do destino, sob a ordem celestial: “A fatalidade é um crime desculpado. Deus pode até ser julgado, mas quem tem juízo de proferir a sentença? O suicídio é uma doença, conclui o metafísico cérebro de Lídia” (Marques, 2015, p. 40). Percebe-se, pois, novamente, a ironia atuando como recurso textual-discursivo, pelo qual a visão duvidosa que a personagem tem do mundo e de si mesma legitima a condenação de um inocente e absolve sua consciência, atribuindo a Deus a autoria da tragédia.

Em seguida, a narrativa é direcionada para a história de Belarmino, proprietário de um “humilde latifúndio” que negligenciou a epidemia de sarampo que acometera os índios residentes em suas terras.

Achacava-se-lhe obrigação sobre a baixa imunidade de uma raça que não aprendeu defesa de um virusinho, que não mata nem criança branca? [...] Outros permitiram morrer milhões, antes de Belarmino. E nem existia o governo e sua saúde misteriosa, para evitar a tragédia. Se uma miudeza indígena enfermou a óbito em suas terras, era decerto ainda por quizila divina ou negligência governamental. Que pode Belarmino contra os poderes do além? Era agricultor, não agente cruz-vermelino (Marques, 2015, p. 40).

A focalização segue pelo pensamento de Belarmino, que se abstém totalmente da responsabilidade pelo cuidado dos indígenas e ainda se orgulha pelo mérito de construir uma escola para as crianças. Ao monólogo interior do personagem interpõe-se outra passagem do julgamento de Cristo: *“Este homem disse: ‘Posso destruir o templo de Deus e reedificá-lo em três dias’”* (Marques, 2015, p. 40, grifos do autor).

Pode-se inferir que a relação entre os enunciados se dá no sentido da acusação direcionada ao Messias e ao poderoso latifundiário, que, pautado pela noção individual e capitalista de justiça, absolve a si mesmo tão logo sua consciência o incrimina pelo descaso com a saúde dos nativos. Ironicamente, o Messias inocente é condenado à morte, enquanto o agricultor leviano e mau caráter é admirado pelos seus feitos.

Dia cansativo este, mas reconfortante. Quantos indiozinhos a receber,



contentes, os beijos do benfeitor. O governo edificara uma escola para os remanescentes curumins da aldeia vitimada na pandemia. A população prognosticava ao piedoso Belarmino uma cadeira na câmara (Marques, 2015, p. 41).

Por último, o leitor é apresentado a Maria de Fátima, cuja história é inserida imediatamente depois da citação do discurso de Pilatos no julgamento de Jesus: *“Não sabes que tenho poder para te salvar ou para te crucificar?”* (Marques, 2015, p. 41, grifos do autor). O gancho para a mudança de focalização é feito pela ação da personagem fechando a Bíblia. Na Palavra de Deus, a mulher buscava conforto para a angústia do assassinato do marido beerrão e violento diante de um confronto entre pai e filho, que pode ter sido responsabilizado no lugar da mãe:

O marido era um beerrão violento. Ela aprendera seu corpo nas dores da surra diária. Que sustentou até o filho menino subir a homem e ela lograr completar-lhe o espírito com doses de veneno contra o pai. O enfrentamento foi inevitável. Mas o filho herói, arrastaram-no equivocadamente à prisão, por fatar a entranha paterna na faca de cozinha. [...]. Se pai e filho se defrontaram até a morte sem apelação, é o costume dos homens masculinos, que as mulheres parem para vê-los se matar. Ela só apressara o cumprimento do assentado e santamente prosseguia no seu destino feminino de prantejar, no túmulo, o marido assassinado e, na cadeia, o rebento punido, com novenas, terços e conselhos. É o que cabe à boa esposa e mãe (Marques, 2015, p. 41-42).

Aliviada pela sua liberdade, ainda que essa custasse a do filho e a vida do marido, Maria de Fátima assistia o filho, agora encarcerado, com orações e conselhos, enquanto procurava no livro sagrado o perdão, ou, ainda, o consentimento divino para o seu pecado. Inspirada pelo amor dos evangelhos, a personagem abre a Bíblia “ao acaso” no Antigo Testamento, onde lê: *“Por isso eis o que diz o Senhor, Deus dos Exércitos, o Poderoso de Israel: Ah, eu tirarei satisfação de meus adversários, e me vingarei de meus inimigos.”* (Marques, 2015, p. 42, grifos do autor). Nesse caso, a referência bíblica se insere tanto na diegese, pela pertinência em relação aos acontecimentos, quanto no discurso narrativo; neste, a intertextualidade produz sentidos, por meio da ironia instaurada pela contradição entre a providência divina e a condenação de um inocente, que corroboram a convicção da personagem quanto à justiça alcançada por meio da vingança, sempre respaldada na vontade de Deus.

Nesse momento, quando a viúva volta a sua atenção à reportagem de um crime exibida na TV, a narrativa retorna ao acontecimento central do qual irradiam os demais núcleos diegéticos, e apresenta o desfecho do caso do criminoso em questão: *“O delegado anunciou a confissão do bandido, depois de horas de interrogatório”* (Marques, 2015, p. 42). A locução do jornalista é seguida de mais uma passagem bíblica: *“Cuspiram-lhe então na face, bateram-lhe com os punhos e deram-lhe tapas. Os soldados tomavam da vara e davam-lhe golpes na cabeça”* (Marques, 2015, p. 42, grifos do autor).

O que se segue, encaminhando-se para o final do conto, é a interposição de trechos



de ações e pensamentos dos personagens apresentados, empregando a focalização interna variável, e das passagens finais do julgamento de Jesus. O noticiário, seguindo um tom que imita os jornais sensacionalistas de apelo popular na televisão brasileira, segue sua cobertura:

Não queremos fazer apologia da violência, mas a população concentra-se na porta da delegacia e pede justiça. A polícia procura o diálogo e forma barreira para a proteção do criminoso contra a revolta dos cidadãos de bem, que querem o linchamento. Bem dito e vereditado, não estava claro? De um lado o bandido; de outro a bondade revoltada (Marques, 2015, p. 45).

Em seguida, a focalização da narrativa retorna a Januário, que, embriagado e atormentado pelas lembranças, chora, ao que decide ganhar a rua e expurgar seus pecados junto ao coro de populares revoltosos:

Nutriu-se de seus medos e encorpou-se na procissão de almas em purgação. Andou a esmo empurrado nas massas que escorriam das esquinas como hemorragia desatada, e empoçavam em frente à delegacia. Viu uma bela moça num batom de lábio defunto, lembrando a boca lívida de esmeralda. Estava morta – como a amada – e gritava – como um cadáver – por justiça (Marques, 2015, p. 45).

A ele, juntam-se Jerônimo, Lídia, Belarmino e Maria de Fátima, que não estavam no mesmo espaço e que tampouco conheciam-se, mas que, reunidos pela intenção de “fazer justiça”, esbravejam com a multidão em defesa do linchamento do criminoso. O fragmento seguinte reproduz o desfecho da narrativa (incluindo os excertos bíblicos, em itálico):

A polícia pedia calma. Argumentava que a Justiça patrocinava o prisioneiro. – A justiça falha! – gritou Jerônimo, o braço no ombro de Januário. E os cinco concordaram e quinhentas cabeças positivaram o dito, balançando runominosas. Quantos criminosos o braço curto da Justiça queria, sem vontade, alcançar, e agora ainda passeavam descansados nas ruas abertas a bandidos e vítimas?
“Quem me entregou a ti tem pecado maior.”
Levantaram punhos como paus e pedras. Hoje a Justiça pelejaria vitória. Sem vendas e sem balanças, mas bastante provida de espadas. *Pilatos pergunta: “Que é a verdade?” ...*
E quase escapa das bocas revoltadas antigo e ignotório bordão:
“- Queremos o Outro! Perdoem Barrabás!”
Caía sobre nós o seu sangue e sobre nossos filhos (Marques, 2015, p. 46, grifos do autor).

Nesse excerto, pelas citações, o narrador recupera o momento do julgamento de Jesus, na semana da Páscoa, em que era costume libertar um prisioneiro. De acordo com o que se infere do evangelho de Lucas, capítulo 23,13-21, Pilatos estava disposto a libertar Jesus, mas cedeu ao julgamento da multidão: “Pilatos, porém, querendo soltar Jesus, falou-lhes de novo, mas eles vociferavam: ‘Crucifica-o! Crucifica-o!’ (Bíblia Sagrada Ave Maria, 2022, Lc 23; 13-21).

A leitura integral do conto e sua análise sob a ótica da intertextualidade como



procedimento que viabiliza a construção de múltiplos sentidos, a partir do diálogo entre texto literário e discurso bíblico, aponta para a ironia enquanto modalidade de funcionamento textual-discursivo pelo qual a noção de justiça convencionalmente aceita, baseada em princípios éticos e legais, dá lugar à ideia de justiça admitida pela moral de cada personagem, nem sempre em acordo com a lei, nem sempre a lei em conformidade com a vida real e a injustiça social e, por isso ambígua e, no limite, irônica.

Por fim, destaca-se a epígrafe, a qual se inclui no procedimento transtextual entendido por Genette (2009; 2010) como paratexto, isto é, “aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público” (Genette, 2009, p. 9), conceito que compreende o texto em uma estrutura que o envolve e contribui para que tome forma e produza sentidos. No caso da epígrafe, sua função se dá enquanto comentário do texto, podendo precisar ou ressaltar indiretamente seus significados (Genette, 2009). Por isso, embora ela anteceda o corpo textual propriamente dito, este trabalho opta por mencionar a epígrafe por último, a fim de interpretá-la à luz das relações semânticas exploradas no conto.

Em “A hora dos justos”, lê-se a primeira delas: “Os males são invisíveis e tangíveis, e, por outro lado, há um veículo visível e concreto para levá-los para longe. O bode expiatório nada mais é do que esse veículo” (Frazer, 1890 *apud* Marques, 2015, p. 33), de autoria atribuída ao antropólogo inglês Sir James George Frazer. Essa definição antropológica do “bode expiatório” remete diretamente ao ritual descrito no livro de Levítico (16, 20-22), em que pecados invisíveis do povo eram simbolicamente transferidos a um bode, o veículo concreto enviado ao deserto. Conforme a análise aprofundada do conceito no *Dicionário Crítico de Teologia* de Lacoste (2004), esse rito antigo revela um mecanismo social fundamental: a comunidade projeta suas próprias crises e culpas sobre uma vítima para restaurar a coesão interna.

Na narrativa, o bode expiatório seria o criminoso que está no noticiário, a quem está sendo imputada não só a culpa pelo delito julgado, mas também as culpas carregadas pelos demais personagens, que veem no espetáculo criminal o fator trágico para a catarse coletiva. Em outras palavras, A hora dos justos, referida no título do conto, se concretiza quando os ditos “cidadãos de bem” podem expurgar seu desejo de vingança e/ou poder através da condenação do outro. A condenação da vítima, nesse sentido, não serve apenas para punir um erro, mas para trazer uma sensação de ordem e coesão entre os acusadores.

A segunda epígrafe retoma uma das máximas de La Rochefoucauld, escritor francês: “O amor à justiça não passa, na maioria dos homens, do temor de sofrer injustiças” (La Rochefoucauld, 1655 *apud* Marques, 2015, p. 33). Podemos ler essa epígrafe de modo mais amplo, pensando que o clamor coletivo por justiça, pela aplicação da lei, seja uma forma de prevenção a eventos futuros que possam recair e prejudicar a quem clama por ela. Mas, num sentido restrito e relacionado ao conto de Marques, quem, na narrativa, teme sofrer injustiças? A hipótese é de que sejam os cinco personagens enfocados; em especial Januário, sobre quem recai mais de uma vez o foco narrativo, especialmente no desfecho,



quando é exposta sua angústia pela lembrança do aborto da namorada. Consciente ou inconscientemente, os personagens sabem que cometeram várias injustiças contra outrem e que, pela “lei do retorno”, poderão a qualquer momento ser acometidos pelas consequências ou, ainda, não reconhecem de fato suas culpas e temem, contraditoriamente, serem “injustiçados”.

Considerações finais

Este percurso de leitura procurou desvelar de que maneira se dá a relação de intertextualidade, estabelecida por meio da citação do texto bíblico, no conto “A hora dos justos” de Santiago Villela Marques, e como a ironia atua nesse processo, sugerindo a ambiguidade e a contradição que estão na base da noção de justiça de cada personagem. Há, ainda, no comportamento coletivo de acusação, um indício de que essa noção é afetada pela manipulação midiática. Pode-se inferir que, assim como na história de Jesus, os episódios focalizados suscitam, entre muitas interpretações, a compreensão de que o discurso narrativo sugere a hipocrisia da moral e a falibilidade do julgamento humano que se mantêm, no mínimo, dos primórdios do cristianismo até a sociedade atual. O papel do narrador, nesse conto, é crucial, pois é ele quem alinhava as citações bíblicas com os fatos narrados e o comportamento das personagens, manifestado nos gestos e pensamentos. O efeito resultante dessa costura é o desvelamento da hipocrisia social.

Outrossim, quando se fala do procedimento irônico como um possível instrumento para a exposição de valores morais, culturais e sociais de um grupo, a relação estabelecida com o texto de Marques demarca também a espetacularização da violência e da morte como valores estimados tanto na sociedade romana, que crucificou Cristo, segundo a história bíblica, quanto na sociedade ocidental contemporânea, em que a catarse coletiva é, não raro, atingida pelo linchamento dos seus bodes expiatórios, considerando que o microcosmo narrativo pode espelhar o corpo social no qual obra, autor e público se inserem. Sobre essas manifestações coletivas de linchamento e violência, é importante destacar que, na sociedade contemporânea, em que a globalização e o neoliberalismo acentuaram as desigualdades, a experiência das contradições tem atingido níveis extremos, a ponto de as pessoas tornarem-se ameaça umas às outras e à própria cultura.

Embora nossa análise não tenha como foco a influência que os meios de comunicação de massa como a televisão e, hoje, mais acentuadamente as redes sociais, desempenham, é importante assinalar – possibilitando a exploração desse tema em estudos futuros – a sua onipresença e capacidade de captura das subjetividades, influenciando e dirigindo opiniões e atribuindo valor a determinados acontecimentos conforme sua visualização. No caso deste conto, a televisão, desde o início, ao passo que apresenta a notícia, dirige a atenção dos “telejulgadores”. É preciso destacar que, passados quase dez anos da publicação do livro, a televisão ainda ocupa um lugar importante na mobilização e condução da opinião alheia, porém, de lá para cá, as redes sociais, via aparelho celular, estão cada vez mais presentes e influentes no cotidiano das pessoas. Nas



redes, há uma profusão de influenciadores e há, também, uma inteligência artificial direcionando as notícias e comentários, falsos ou verdadeiros, agindo conforme a tendência ideológica do usuário.

Por fim, enfatiza-se que, ao recuperar discursos consagrados pela religião e pelo senso comum, unindo-os no mesmo plano textual em circunstâncias controversas como as do conto, a narrativa de Marques consegue produzir sentidos voltados ao questionamento das verdades estabelecidas, da moral e do comportamento de manada demonstrado pelos personagens, com uma avidez para o julgamento do outro ao par de uma negligência e/ou omissão avaliativa sobre os próprios atos. Ao final, o conto sugere uma verdade desconfortável: a mais ruidosa acusação contra o outro é, quase sempre, o silêncio conivente sobre os próprios demônios – um mecanismo que se prova atemporal, pois, seja na Judeia do século I ou na sala de estar do século XXI, a condenação pública de um indivíduo continua sendo a forma mais eficaz e sombria de uma sociedade se recusar a olhar no espelho.

Referências

BÍBLIA SAGRADA AVE MARIA. Edição online. [S. l.]: Bíblia Católica Online, 2022. Disponível em: <https://www.bibliacatolica.com.br>. Acesso em: dez. 2022.

BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

GENETTE, Gérard. **O discurso da narrativa.** Trad. de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Vega, 1995.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais.** Trad. de Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê, 2009.

GENETTE, Gérard. **Palimpsestos: a literatura de segunda mão.** Trad. de Cibele Braga et al. Belo Horizonte: Edições Viva Voz, 2010.

LACOSTE, Jean-Yves (org.). **Dicionário crítico de teologia.** São Paulo: Paulinas; Edições Loyola, 2004.

MARQUES, Santiago Villela. **Sósias.** Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2015.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários.** São Paulo: Cultrix, 2004.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de teoria da narrativa.** São Paulo: Editora Ática S.A., 1988.

NOTAS DE AUTORIA

Beatriz Valdeviezo Boffo (boffo.beatriz@ifmt.edu.br) é professora de Língua Portuguesa e Literatura efetiva no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), campus Diamantino. Mestra em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLetras), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Sinop, na linha de pesquisa de Estudos Literários, e membra do Grupo de Pesquisa Literatura, Leitura e Ensino (UNEMAT/CNPq).

Marta Helena Cocco (marta.cocco@unemat.br) possui graduação em Letras (UNIFRA-RS, 1987), Especialização em Teorias e Práticas do Texto (UFMT, 1998), Mestrado em Estudos da Linguagem (UFMT,



2006) e Doutorado em Letras e Linguística (UFG, 2013). Atualmente é professora da Universidade do Estado do Mato Grosso, lecionando Literaturas da Língua Portuguesa na Graduação, no câmpus de Tangará da Serra. Faz parte do Grupo de Pesquisas LER (Unemat/CNPq).

Agradecimentos

Não se aplica.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da ABNT

BOFFO, Beatriz Valdeviezo; COCCO, Marta Helena. Intertextualidade e funcionamento discursivo da ironia em “A hora dos justos” de Santiago Vilela Marques. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 31, p. 01-13, 2026.

Contribuição de autoria

Beatriz Valdeviezo Boffo: Concepção, elaboração do manuscrito, redação, discussão de resultados. Marta Helena Cocco: Redação, discussão de resultados, revisão.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Os/as autores/as cedem à Revista Anuário de Literatura os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus/suas autores/as, não representando, necessariamente, a opinião dos/as editores/as ou da universidade.

Histórico

Recebido em: 25/02/2025

Revisões requeridas em: 23/09/2025

Aprovado em: 15/12/2025

Publicado em: 05/02/2026

